



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC CENTRO
DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Leonardo José Kammer

**A Presença dos Conceitos de Identidade e Pertencimento na Literatura
sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais: estudo aplicado à
publicações brasileiras**

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado na Modalidade Consultoria

Florianópolis - SC 2025

Leonardo José
Kammer

A Presença dos
Conceitos de
Identidade e
Pertencimento na
Literatura sobre a
Cesta de Bens e
Serviços Territoriais:
estudo aplicado à
publicações brasileiras

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de
Ciências da Administração e
Socioeconômicas da
Universidade do Estado de Santa
Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de
bacharel em Administração
Pública. Modalidade de
Consultoria.

Orientador(a): Prof.(a) MsC. Ivoneti
da Silva Ramos

Florianópolis - SC 2025

Dedico este trabalho a minha mãe,
pela paixão transmitida pela
enocultura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e amigo Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes, pela oportunidade de levar seus acadêmicos para a região de São Joaquim, para que possam presenciar de forma prática a importância do estudo no campo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, além da inspiração para com o tema da presente pesquisa.

Agradeço também ao supervisor do Programa de Extensão Habilis e ao Grupo de Pesquisa Politeia, Valério Alécio Turnes, pelo acolhimento para a realização deste trabalho. E a orientadora do presente projeto, Ivoneti da Silva Ramos, pelas longas e dedicadas horas de auxílio e inspiração sem nunca deixar de me apoiar.

Agradeço ao meu amigo de longa data Willian Ribeiro, referência na plataforma excel, pelo apoio primoroso durante a elaboração e aperfeiçoamento de planilhas e gráficos que constam na presente pesquisa.

“Nenhum homem pode
banhar-se duas vezes no
mesmo rio... pois na segunda
vez o rio já não é o mesmo,
nem tão pouco o homem.”
Heráclito de Éfeso.

RESUMO

Este trabalho investiga a presença e a relevância dos conceitos de identidade e pertencimento nos estudos brasileiros sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), instrumento teórico-metodológico associado ao Desenvolvimento Territorial Sustentável. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, foram analisadas produções acadêmicas que discutem o papel desses conceitos na valorização de atributos territoriais e no fortalecimento de vínculos sociais e culturais entre os atores locais e seus territórios. O levantamento bibliográfico evidenciou uma ampla adoção do conceito de identidade nas publicações, enquanto o pertencimento ainda é tratado de maneira incipiente, apontando uma lacuna teórica relevante. A análise sugere que ambos os conceitos atuam como elementos fundamentais na consolidação de estratégias de desenvolvimento, ao promover a valorização do saber-fazer local, o enraizamento social e a resistência frente à lógica globalizante. Os resultados contribuem para uma reflexão crítica sobre a integração entre práticas territoriais e políticas públicas voltadas à sustentabilidade, destacando a importância de ações que favoreçam a construção de vínculos simbólicos e materiais com o território.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Cesta de Bens e Serviços Territoriais; Identidade; Pertencimento.

ABSTRA

This study investigates the presence and relevance of the concepts of identity and belonging in Brazilian research on the Territorial Basket of Goods and Services (CBST), a theoretical-methodological tool associated with Sustainable Territorial Development. Using a qualitative and exploratory approach, academic works were analyzed to understand how these concepts contribute to the valorization of territorial attributes and the strengthening of social and cultural bonds between local actors and their territories. The literature review revealed a widespread use of the concept of identity, while belonging remains incipient, indicating a significant theoretical gap. The analysis suggests that both concepts are fundamental to the development of effective strategies, as they foster the appreciation of local knowledge and practices, social rootedness, and resistance to globalizing forces. The findings offer a critical reflection on the integration of territorial practices and public policies aimed at sustainability, emphasizing the importance of actions that promote the construction of symbolic and material ties to the territory.

Keywords: Sustainable Territorial Development; Territorial Basket of Goods and Services; Identity; Belonging.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Quantidade de pesquisas publicadas por ano.	39
Figura 2 -	Publicações do tema por região no território nacional.	40
Figura 3 -	Comparativo gráfico entre pesquisas que mencionam “Identidade” e “Pertencimento”.	41

LISTA DE ABREVIACÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
CBST	Cesta de Bens e Serviços Territoriais
IG	Indicação Geográfica
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
PPP	Parceria Público-Privada
PNC	Planalto Norte Catarinense
TDR	Des-territorialização, Re-territorialização e Territorialização
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FESC	Fundação Educacional de Santa Catarina
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

LISTA DE ABREVIACÕES

FAPESC Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

PAP Programa de Apoio à Pesquisa

SC Santa Catarina

AGRECO Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO - página 12**
 - 1.1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA – Página 14.
 - 1.2. OBJETIVOS DO ESTÁGIO – página 15.
 - 1.2.1. Objetivo Geral
 - 1.2.2. Objetivos Específicos
 - 1.3. CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO – página 15.
- 2. REVISÃO DE LITERATURA**
 - 2.1. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – página 16.
 - 2.2. CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS – página 19.
 - 2.3. IDENTIDADE E PERTENCIMENTO – página 23.
 - 2.4. IDENTIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO COMO BASE DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – página 26.
- 3. ESTUDOS REFERÊNCIA NA ÁREA**
 - 3.1. A IMPORTÂNCIA DA MARCA COLETIVA PARA O TEMA DO PERTENCIMENTO – página 28.
 - 3.2. A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO E AS INTERFACES COM O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS – página 31.
 - 3.3. IDENTIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO COMO BASE DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – página 32.
- 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – página 33.**
- 5. CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE ESTUDADA**
 - 5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO/CONTEXTO
 - 5.1.1. UDESC – página 36.
 - 5.1.2. ESAG – página 36.
 - 5.1.3. Programa Habilis – página 37.
- 6. RESULTADOS DA PESQUISA – página 39.**
- 7. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO / RECOMENDAÇÕES – página 41.**

SUMÁRIO

- 8. CONCLUSÕES – página 42.**
- 9. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ESTÁGIOS I E II – página 43.**
- 10. REFERÊNCIAS – PÁGINA 44.**

1. INTRODUÇÃO

Os estudos relacionando à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) surgiram a partir da década de 1990, momento em que a perspectiva do desenvolvimento territorial começa a incorporar noções de redes multi-atores e de intercooperações com o objetivo de apreender a realidade de experiências empíricas. A abordagem da CBST foi elaborada pelos estudos de Pecqueur (2001) e Mollard (2001), que analisaram iniciativas de atores locais mobilizados a partir da articulação de ações - mercantis e não-mercantis - visando estabelecer uma oferta de produtos e serviços heterogênea e coerente a partir de atributos territoriais, que valorizem, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural. A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, constitui-se na identificação dos fatores a serem explorados, organizados ou revelados em um território, tendo os atores locais como principais desenvolvedores desse processo (Pecqueur, 2005).

Na esfera Catarinense, a maioria dos estudos pesquisados concentram-se voltados para a do Planalto Norte Catarinense, destacam-se os artigos "Da governança da indicação geográfica à governança da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns" (Milano et al., 2022), e "O processo social de construção da indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no planalto norte catarinense" (Prado et al., 2020). Vale ressaltar outra região-foco de estudos na área do Desenvolvimento Territorial Sustentável, que é a região Oeste de Santa Catarina, dando destaque para o artigo "A identificação e a ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma CBST em Anchieta/SC" (Capellesso et al., 2022) e "A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na Região Oeste de Santa Catarina" (Giombelli et al., 2022).

A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), ao valorizar atributos locais como o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural, revela-se profundamente conectada a dimensões simbólicas e sociais que extrapolam o aspecto econômico. Nesse sentido, os conceitos de identidade e pertencimento emergem como fundamentos essenciais para a consolidação da CBST, pois são justamente esses elementos que conferem sentido e autenticidade aos produtos e serviços territorializados. A identidade, construída a partir de características culturais e

históricas específicas, e o pertencimento, relacionado ao vínculo afetivo e de reconhecimento com o território, fortalecem o engajamento dos atores locais e contribuem para a resiliência de suas práticas frente aos desafios da globalização. Assim, compreender a CBST implica também investigar como esses vínculos simbólicos operam no cotidiano dos territórios, reforçando o papel da identidade e do pertencimento como dimensões estratégicas do desenvolvimento territorial sustentável.

Os temas de Identidade e Pertencimento estão interligados a partir do momento em que desempenham um papel intrínseco no estabelecimento de vínculos sociais e culturais diante do contexto econômico e territorial, uma vez em que a identidade é construída a partir de características distintivas agregadas na singularidade de um indivíduo, grupo ou produto, enquanto o pertencimento associa-se com ao sentimento e reconhecimento dentro de um espaço ou comunidade (Santos, 1987; Santos 1996). Diante de uma dinâmica econômica, os devidos temas podem servir de auxílio para a compreensão de estratégias e do saber-fazer da produção em determinado território, bem como analisar e precaver diante de avanços da globalização aos quais afetam diretamente a produção e geração de renda de pequenos agricultores aos quais perdem espaço para grandes indústrias do ramo agrícola. Dentre os quatro artigos anteriormente citados, todos citam ao menos uma vez o termo “identidade” em seu texto, e apenas um cita o termo “pertencimento”.

Para fins desse estudo, o conceito de identidade se alinha a Turnes et al. (2021), que atribui o relativo sucesso das abordagens de agricultura familiar e de marcas coletivas, ao resultado da imposição dos atores locais e do processo diante da homogeneização dos padrões de consumo, por meio da valorização da identidade do produto, dotado de características próprias da região e também de uma “alma”. Estabelecendo assim a aplicação da identidade cultural como uma forma de resistência aos processos da globalização.

Gregório (2015) alega que, em um contexto marcado pela rapidez das trocas comerciais e culturais oriunda da flexibilização da produção, os vínculos entre identidade e lugar são postos em cheque, com base em contradições inclusas na valorização de aspectos territoriais para qualificar práticas econômicas, as quais levam tanto a perda de identidades, quanto na valorização e a hibridização das mesmas, resultando assim na transformação dos padrões de consumo impulsionada por uma demanda maior de produtos com identidade territorial.

O conceito de pertencimento se alinha também ao apresentado por Turnes et al. (2021), ao qual situa a ligação dos cidadãos e das organizações com o território como resultado do sentimento de pertencimento, baseado na noção da criação de raízes e na valorização das características tangíveis e intangíveis marcantes do espaço. O estudo dimensiona o pertencimento pela força das relações interpessoais estabelecidas com e no território e pela forma como os indivíduos e grupos interagem dentro deste espaço, sendo um fator dinamizador do engajamento comunitário.

1.1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A lógica globalizante do mercado agroindustrial estimula, em seu crescimento desenfreado, a competição máxima entre os atores, colocando em disputa indivíduos pequenos agricultores e regiões contra grandes latifúndios e empresas de produção, detentores do monopólio, assumindo assim uma competitividade desbalanceada em que adquire vantagem o agente produtor que tiver como foco o aumento de escala e produtividade. A abordagem dessa lógica resulta na massiva marginalização de atores, grupos sociais e regiões agrícolas, levando diversos agentes de produção familiar à renunciarem as características que delimitam a identidade dos produtores e da região (Turnes et al., 2021).

O fortalecimento dos atributos da identidade e do pertencimento da região nos produtos surge como uma alternativa para o reposicionamento de pequenos agricultores em um mercado impulsionado por um desenvolvimento agressivo, destacando assim o valor cultural e ambiental, tendo como princípios o cumprimento dos princípios voltados ao protagonismo territorial e do fortalecimento do capital social. A presença de uma economia rural pautada na identidade e no pertencimento gera um campo de disputa, que ao mesmo tempo que aponta para uma hegemonia de um modelo globalista e monopolizante, aponta para a superação desse mesmo modelo (Turnes et al., 2021).

1.2. OBJETIVOS DO ESTÁGIO

a) Objetivo geral:

Analisar se os elementos de identidade e pertencimento territoriais estão presentes nos estudos da cesta de bens e serviços territoriais no Brasil a partir do referencial teórico-prático produzido.

b) Objetivos específicos:

- Realizar o levantamento bibliográfico que fundamenta o tema.
- Levantar os materiais específicos na pesquisa dos elementos identidade e pertencimento no contexto da Cesta de Bens e Serviços Territoriais
- Apresentar os resultados a partir da análise dos elementos de identidade e pertencimento territoriais.

1.3. CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

Este estudo de caráter exploratório e qualitativo, estima realizar um mapeamento de artigos a serem encontrados em periódicos, que abordam a temática da CBST diante da ótica do conceito de identidade e pertencimento, analisando assim a região abordada do estudo, analisando assim os elementos de identidade e pertencimento territoriais com base nas ações que promovem os componentes da cesta de bens e serviços territoriais. Serão utilizados indicadores pré-estabelecidos, visando analisar tais atividades e entrevistas aos atores locais para levantamento relacionados à identidade e pertencimento no quesito das teorias do desenvolvimento territorial sustentável e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Será também

aplicada a teoria da identidade e pertencimento, tendo como base as pesquisas desenvolvidas por Murilo Flores (2006) e Dorigon, C (2022).

Os indicadores pré-estabelecidos, baseiam-se em estudos prévios do campo, os principais autores são os professores Valério Alécio Turnes (Turnes et al., 2022 e Turnes et al., 2021), Marja Zattoni Milano (Milano et al., 2019), Ivoneti da Silva Ramos (Ramos et al., 2022), Ademir Antonio Cazella (Cazella et al., 2019), entre outros.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão apresentados artigos, com suas teorias e metodologias relacionadas ao presente estudo.

2.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável

Segundo Capelesso et al. (2021) o Desenvolvimento pode ser definido como o avanço nos âmbitos econômicos, sociais, ambientais, e culturais, no qual se preconiza a melhora na qualidade de vida da população e proporcionar uma distribuição de renda mais igualitária, visando a autonomia e expansão das capacidades do indivíduo. O mesmo autor apresenta também o termo “territorial” como representante de uma forma de entender como o espaço geográfico e as relações sobre ele estabelecidas podem construir mediações com as dinâmicas globais, fugindo do processo determinista de globalização.

O Desenvolvimento Territorial Sustentável é o modelo de governança territorial voltada ao desenvolvimento com base em interesses de zonas rurais, é favorecido por características que permitem ancorar a ação econômica em recursos específicos e nos atores do território (Capelesso et al., 2021). Regiões essas, outrora desfavorecidas em relação ao desenvolvimento global, podendo ser decorrente de sua localização geográfica ou de sua baixa concentração de habitantes. O DTS busca desenvolver o devido território a partir de produtos típicos e de qualidade, administrados a partir da agricultura familiar, bem como suas paisagens, naturais ou plantadas, com respeito a preservação dos recursos naturais da região (Kammer et al., 2023).

Dentre as principais estratégias acerca do Desenvolvimento Territorial Sustentável, podemos levantar:

- Cesta de Bens e Serviços Territoriais: com sua concepção desenvolvida

a partir de 2001 no território da França, por Pecqueur (2001) e Mollard (2001), a CBST é constituída pelo o que é oferecido na localidade, composta pelo cenário, produtos e serviços públicos e privados de qualidade (Kammer et al., 2023);

- Sinais Distintivos, a partir da lei nº 9.279/96 da Constituição Federal;
- Políticas públicas na área. O projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense: estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais”, realizado entre outubro de 2008 e dezembro de 2013, mobilizando uma ampla rede de parceria entre a instituição e a comunidade pesqueira da região costeira catarinense com base nas diversidades culturais e riquezas específicas da região (Pinheiro et al., 2014).

Dentro da perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), as estratégias adotadas sobressaem o enfoque puramente econômico, ao reconhecer que o desenvolvimento de territórios rurais depende da valorização de seus recursos específicos e dos atores que nele atuam (Capelesso et al., 2021). Nesse sentido, os chamados atributos territoriais — como o saber-fazer local, as paisagens naturais, a cultura e a identidade coletiva — assumem um papel central, pois conferem singularidade e valor simbólico aos produtos e serviços do território (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) surge, portanto, como uma estratégia articuladora desses elementos, promovendo um modelo de desenvolvimento que integra fatores materiais e imateriais e que se ancora no protagonismo dos atores locais. A importância desses atributos também se expressa em políticas públicas como o projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense”, que mobilizou comunidades pesqueiras tradicionais com base em sua identidade cultural e nos recursos específicos do território (Pinheiro et al., 2014). Assim, o DTS revela-se como um caminho de resistência e valorização dos territórios frente às pressões uniformizadoras da globalização.

Segundo Cazella et al. (2020), um recurso específico representa um atributo territorial de difícil transferência para outra região, sendo intrínseco ao território e não podendo ser localizado de forma idêntica fora do território de origem, Cazella apresenta exemplos de recursos específicos transformados em ativos, presentes em casos de valorização da qualidade de produtos e serviços a partir de sistemas de Indicação Geográfica.

O estudo de Milano (2019) defende a visão da Indicação Geográfica como inserida

num processo abrangente de desenvolvimento territorial, e não apenas como um dispositivo segmentado associado a um arranjo produtivo local. Publicado na revista do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, o artigo “A Indicação Geográfica como Instrumento para Criação de uma CBST: O Caso da Erva-Mate do Planalto-Norte Catarinense”, apresenta primeiramente uma distinção na construção das IG’s em relação com o desenvolvimento territorial, a primeira forma é sintetizada como um instrumento de agregação de valor e acesso a novos mercados, enquanto a segunda, é concebida como arranjo produtivo local, com destaque para a formação de redes de confiança, cooperação e empreendedorismo local, contudo, sem se integrar a estratégias mais amplas de desenvolvimento dos territórios rurais (MILANO et al., 2019). O estudo levanta também a definição de IG segundo Froehlich (2012), em que sugere o enfoque da CBST como uma alternativa capaz de compensar as limitações dos processos centrados nas IG, sobretudo daqueles concebidos enquanto meros mecanismos de agregação de valor, levando a excluir amplos segmentos da agricultura familiar (MILANO et al., 2019).

A pesquisa qualitativa aborda a valorização da erva-mate no Planalto Norte Catarinense, constituído de 13 municípios, a partir do estudo das Indicações Geográficas, a partir de entrevistas com atores implicados com a iniciativa de construção da IG. A erva-mate na região é o elemento central na configuração da paisagem, da economia e da cultura regional, além de estar associada à conservação ambiental, devido ao caráter multifuncional das áreas de mata nativa, as quais geram renda extra aos agricultores. Tendo em vista os levantamentos, a região se diferencia das demais zonas produtoras devido a sua área significativa de ervas nativas (MILANO et al., 2019).

O estudo apresentou como resultado a reafirmação da notoriedade da erva-mate como produto de qualidade desde meados da década de 1980, atrelada à história, tradição e cultura local. Em 2011, o produto teve seu projeto de promoção para obter a IG impulsionado devido ao incentivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), junto ao apoio financeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O papel da EPAGRI se deu pelo fomento, através de políticas de gestão territorial, o engajamento de atores na cadeia produtiva da erva-mate, permitindo que a aproximação entre os mesmos, gerasse um espaço inédito de discussão e resolução de situações problemas (MILANO et al., 2019).

Tal processo de construção da IG gerou avanços significativos na direção ao mesmo reconhecimento, são eles:

- O fomento à articulação dos atores sociais em torno da governança da IG;

- Construção paulatina da caracterização do território do Planalto Norte, levando ao reconhecimento da erva-mate como ativo territorial específico;
- Aprendizado e percepção geral de que processos de valorização de recursos e ativos territoriais possuem potencial para gerar resultados econômicos, sociais e ambientais positivos (MILANO et al., 2019).

Dessa forma, observa-se que o Desenvolvimento Territorial Sustentável articula diferentes estratégias que valorizam os recursos específicos dos territórios e promovem o protagonismo dos atores locais (Capelesso et al.). A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), as Indicações Geográficas (IG) e os Sinais Distintivos operam não apenas como mecanismos de inserção econômica, mas também como dispositivos simbólicos que reforçam identidades culturais, laços sociais e saberes locais (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). A experiência da erva-mate no Planalto Norte Catarinense, como demonstrado por Milano et al. (2019), evidencia o potencial desses processos quando integrados à governança participativa e ao reconhecimento dos atributos únicos do território. Cazella et al. (2020) reforçam que tais atributos, por serem de difícil transferência, tornam-se ativos territoriais estratégicos para gerar desenvolvimento com base na diferenciação e na valorização do capital social local. Assim, conclui-se que a valorização de ativos territoriais, tangíveis e intangíveis, representa um caminho promissor para a construção de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e enraizado nas realidades locais.

2.2 Cesta de Bens e Serviços Territoriais

A perspectiva da Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST - surge a partir de meados da década de 1990 até a virada do milênio para o início dos anos 2000, frente à crise de sistemas agrícolas intensivos e junto às novas recomposições dos espaços rurais, analisando iniciativas coordenadas por atores locais em contextos que eram atribuídos à articulação de ações, mercantis e não-mercantis, junto a uma oferta coerente aos atributos territoriais, valorizando o saber-fazer, o ambiente e a cultura local (Cazella et al., 2020).

O enfoque teórico-metodológico da CBST é resultante da evolução dos conceitos de território – sendo esse diferenciado entre “dado” e “construído” – e suas correlações com o espaço-lugar. O território definido como “dado” seria a delimitação geográfica do espaço conferida pela divisão do próprio espaço físico, anterior às

relações entre os atores sociais, sendo entendido como um espaço de suporte. Geralmente sendo abordado como o território institucional, a exemplo de fronteiras municipais e estaduais (Capellesso et al., 2021).

O território entendido como “construído” vai além do território institucional, a partir da relação de atores por meio da articulação de fatores econômicos e sociais. Sendo assim, a relação construída entre as pessoas e as organizações, definindo sua extensão a partir da dimensão dessas relações. Podendo afirmar, segundo Capellesso et al. (2021), que o território é social, embora se construa sobre uma base física e por ela é influenciada.

A abordagem da CBST consiste na identificação de fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, abordando os atores locais sempre como protagonistas das ações, agindo de contraponto ao processo hegemônico da globalização econômica. Os territórios englobados pela CBST são espaços geográficos de criação de recursos específicos e distintos, aos quais passam a ser denominados como Ativos Territoriais, tornando assim o espaço geográfico, uma entidade socialmente construída a qual assume a identificação, criação e valorização de recursos latentes (Cazella, 2020).

Segundo o estudo de Medeiros et al. (2022), a Cesta de Bens e Serviços Territoriais tem por base a identificação de recursos e ativos territoriais específicos que possam constituir uma oferta de produtos e serviços aos quais agregam a qualidade ao território. Mobilizando assim, atributos ambientais, paisagísticos, históricos, arquitetônicos e culturais associados a sistemas agroalimentares localizados e ao turismo rural de base comunitária, através da construção social de um sistema de governança territorial que promova melhorias de indicadores de sustentabilidade e de desenvolvimento dos territórios rurais.

Medeiros et al.(2022) correlaciona a prática e os mecanismos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais à agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando os seguintes itens:

- ODS 12 - garantir o consumo e produção responsáveis: ao assentar as estratégias na valorização qualitativa de produtos territoriais, aproximando-os dos consumidores;
- ODS 9 – indústria, inovação e infraestruturas: por meio da valorização de produtos originários de pequenas agroindústrias familiares, pequenas e médias empresas, serviços associados ao turismo rural e diversas

inovações institucionais, o que pressupõem novas regras de convivência social e de cooperação na esfera territorial;

- ODS 17 – parcerias e meios de implementação: a partir do exercício da arte de negociar ações conjuntas de desenvolvimento na escala territorial e da adoção de acordos de cooperação internacional (Medeiros et al., 2022).

Os mecanismos de estruturação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais se refletem em três princípios básicos:

1. Constituição de uma imagem específica, caracterizando serviços e produtos do território, incorporando o simbólico e o material;
2. Priorização de mercados locais e regionais, visando promover reconhecimento dos produtos e serviços do território pelos consumidores, indo de turistas à moradores locais da região;
3. A construção de um sistema de governança territorial, transformando empreendimentos isolados uns dos outros em uma rede de oferta conjunta, diversificada e coerente de ativos territoriais (Cazella, 2020).

No estudo de Cazella (2020) é levantada a partir da pesquisa prévia de Campagne e Pecqueur (2014) às seguintes categorias de atores locais:

- Atores públicos das distintas esferas do Estado, as quais devem criar e gerir bens públicos a serviço do bem comum, tais como infraestrutura, modos de organização, formas de regulação e descentralização das políticas a fim de produzir bens coletivos que facilitem o desenvolvimento dos territórios;
- Atores privados que gerem empresas orientadas para a produção de bens e serviços essencialmente econômicos, podem esses operar atividades coordenadas por projetos, renovando suas competências e incorporando novos aprendizados a partir de fatores específicos do território;
- Atores associativos que são responsáveis pela mobilização dos demais atores e pela elaboração de coletivos materiais e imateriais, os quais serão disponibilizados para o conjunto dos atores envolvidos com a valorização dos recursos e ativos territoriais.

Cazella menciona o levantamento de Hirczak et al (2008), ao qual consolida a constituição de um CBST em três componentes principais a serem identificados pelos atores envolvidos:

1. Bens e serviços complementares uns aos outros que possuem sua origem territorial comum e uma imagem coerente com o território. Aos modos específicos de produção de qualidade se somam os serviços de qualidade territorial, que facilitam o acesso dos consumidores à cesta de bens e serviços;
2. Laços de proximidade e confiança entre os atores, os quais podem ser expressados em sistemas de venda direta, gastronomia típica e visitas turísticas diversas ao patrimônio paisagístico, histórico e cultural do território;
3. Bens públicos que desempenham um papel de cenário, ou que colocam o produto em cena, geralmente associados ao ambiente e à natureza, ao patrimônio e à cultura, ou ainda à história e às tradições do território. Esse ponto estabelece um forte vínculo do enfoque da CBST com os preceitos da sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento.

Para a adequação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais ao território brasileiro e suas condições sociais, Cazella (2020) considera cinco aspectos que merecem destaque:

1. O desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não integram as principais redes sociotécnicas produtivas, podendo elas serem alicerçadas em circuitos longos ou curtos de comercialização;
2. A formulação de estratégias específicas para a obtenção de uma renda pela qualidade territorial, levando em consideração a dificuldade financeira da maioria da população brasileira em adquirir produtos que desfrutem do selo de Indicação Geográfica. O principal desafio reside na análise da CBST tendo também como foco, o consumidor local de bens e serviços territoriais;
3. A intrínseca correlação da CBST com a pauta da

sustentabilidade ambiental, uma vez em que a cesta de bens e serviços pressupõe a existência de um cenário constituído pela presença constante de atributos ambientais preservados, exigindo assim um constante monitoramento que assegure a manutenção de recursos;

4. A complexidade do sistema de governança territorial e sua operacionalidade, ponderando o efeito da CBST como um contraponto à visão setorial hegemônica de desenvolvimento agrícola e o seu corolário de gestão focado nas principais cadeias produtivas;

5. A demanda por investimentos na formação de produtores, prestadores de serviços, agentes de desenvolvimento e consumidores bem como na promoção de ações coletivas referentes aos signos distintivos de produtos e serviços de qualidade territorial, com o propósito de construir paulatinamente sistemas de governança adaptados a diferentes territórios rurais.

O estudo conclui que a Cesta de Bens e Serviços Territoriais articula instrumentos de pesquisa-ação voltados tanto para inventariar de forma participativa os recursos e ativos territoriais de determinada região, quanto para avaliar o estado atual dos diferentes componentes da CBST do mesmo (Cazella, 2020).

2.3 Identidade e Pertencimento

O território encontra-se como objeto de ações de nível interno e externo do espaço como articulação de estratégias de desenvolvimento, uma vez que o nível interno abrange os próprios atores locais e o nível externo é articulado por instituições, sendo governamentais ou não-governamentais (Dullius, 2008). A partir do estudo de Abramovay (1998) o território é entendido como a relação entre raízes históricas, configurações políticas e identidades, preponderantes para o desenvolvimento. Logo, a identidade realiza como papel chave na construção do território, sendo ela o espaço de relações sociais que encontra no sentimento de pertencimento, o conjunto de interações de sociabilidade que se encontram presentes em relações histórico-culturais. Dessa forma, Dullius (2008) observa a territorialidade como condicionada por normas e valores culturais singulares, com suas próprias simbologias e significados, variando de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço. Dessa forma, a

memória coletiva é a maior ferramenta de construção do território, ou seja, território e identidade não perpassam a noção de tudo aquilo que é dado pelo passado. Halbwachs (1990) afirma que toda memória é uma construção do passado no presente, e sendo a identidade e o local originários da memória coletiva, as mudanças no tempo e no espaço proporcionam a construção contínua desse pertencimento âmbito físico qualquer, a construção de delimitações espaço-temporais.

Através de articulações entre território, identidade, cultura e mercado, é possibilitada a interpretação de um espaço geográfico permeado pela identidade construída socialmente, que forma laços de proximidade e interdependência e contribuindo para a qualidade e vantagens aos produtos e serviços locais. Permitindo assim, vislumbrar novas habilidades e capacidades dos atores locais, como forma de aproveitamento de recursos fornecidos (Dullius, 2008).

O seguinte artigo associa a Identidade Territorial com a produção do território, a partir do fenômeno da Des-territorialização, Re-territorialização e Territorialização (TDR): a territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico; a des-territorialização, como o abandono espontâneo ou forçado da territorialização; e a re-territorialização, sendo esse a construção de um novo território. Com o argumento de Saquet (2003), o autor do estudo alega que esse processo de produção do espaço geográfico está eminentemente articulado com o Estado e com o capital, com o acréscimo de elementos políticos e culturais para a reterritorialização (Souza, 2007).

O estudo apresenta uma análise teórica sobre a construção da identidade territorial, a partir de determinados conceitos, começando com o Território, esse que apresenta sentido material e simbólico, sendo o primeiro como dominação, devido a etimologia da palavra, sendo terra (territorium) e controle (terror e aterrorizar). Já o território em sentido simbólico, apresenta-se a característica de apropriação simbólico-cultural, em que o poder é um dos componentes centrais na análise do conceito de território, logo, o território possui tanto uma abordagem de dominação no sentido concreto, quanto de apropriação no sentido abstrato. Souza (2007) apresenta sua análise dos principais autores do pensamento geográfico brasileiro, na perspectiva estudada, iniciando com o conceito de Claude Raffestin, que apresenta a perspectiva de território Brasileiro balizado nas relações de controle e poder, a partir do confronto de dois conceitos: espaço e território, Tal definição compreende o espaço como

anterior ao território e o território se formando a partir do espaço, sendo assim uma abordagem política e econômica. Em contrapartida, Santos e Silveira (2003) apresentam na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” uma interpretação da sociedade brasileira através do território a partir de sua história, desenvolvimento, e seu uso pelos atores sociais. Tal conceito corresponde ao território como sinônimo de espaço geográfico, restrito a escala nacional. Já a definição de território de Haesbaert (2004), o território se forma a partir da apropriação (simbólico-cultural) e da dominação (político-econômico). Essa definição apresenta três principais vertentes do território:

- Jurídico-Política: espaço de poder do Estado das instituições e grupos sociais;
- Cultural: simbólicas e identitárias;
- Econômica: produção material e contradições sociais (Souza, 2007).

O artigo segue para o estudo da Identidade Territorial, cuja etimologia deriva da palavra raiz *idem*, com o significado de igualdade, continuidade, unidade e diversidade, o autor relaciona assim, com a concepção contemporânea, pautada no individualismo e no contraponto à sociedade de massa. Apresenta-se então, tal discussão sobre identidade em duas ciências sociais: a psicodinâmica e a sociológica. A identidade psicodinâmica é composta pelo cerne do indivíduo e de sua cultura, enquanto a identidade sociológica é construída pelas pessoas a cultura em que o indivíduo está inserido. Souza apresenta a identidade como uma construção de caráter contrastante ou de oposição com uma forte ação individual ou grupal, o autor apresenta o argumento de Cardoso de Oliveira que diz que a essência da identidade étnica é uma modalidade da identidade social, sendo que a diferença parece ser típica de qualquer identidade em processamento. É mencionado também o pensamento de Castells (1999), em que a identidade social é entendida como “*fonte de significado e experiência de um povo*”, ou seja, o significado e a experiência são a base para a estruturação dos grupos sociais, pois ambos buscam permanecer no tempo e no espaço (Souza, 2007).

Em síntese, o artigo afirma que o conceito de identidade não pode ser entendido sem o contraste/alteridade, logo, a identidade individual não pode ser interpretada sem sua contraparte. É o outro com suas diferenças que fortalece a proposta de identificação, que também é histórica, dinâmica, complexa e em constante

transformação. Para compreender a identidade territorial deve ser levada em consideração a territorialidade, devido a sua apropriação subjetiva, esta sendo considerada de enraizamento, pertencimento e afetividade (Souza, 2007).

2.4 Identidade Cultural do Território como Base de Estratégias de Desenvolvimento (Flores, 2006)

Para além do campo geográfico e biológico, o estudo de Flores (2006) ao seguir o conceito de Raffestin (1993), apresenta o conceito de território como a incorporação do jogo de poder entre os atores que atuam no espaço, esse último definido como patrimônio natural existente em uma determinada região. A partir desse jogo de poder, é estabelecida uma identidade relacionada a limites geográficos determinados. O texto determina também, o território construído como um espaço de relações sociais, onde se encontra presente o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída junto à região, em que se associa ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde também incentiva a criação de laços de solidariedade entre esses atores.

Flores (2006) define o saber-fazer local como uma própria forma de expressão cultural da região, definindo a identidade através das relações entre indivíduos e grupos, expressão essa que se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde há o estabelecimento de formas específicas de representação. Sendo assim, Flores (2006) entende a questão do processo de construção territorial como uma integração entre os condicionantes das sociedades e da natureza, contudo, com forte influência da institucionalidade, do poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, e da cooperação para a determinação da construção social do território.

O Estudo de Flores (2006) levanta o pensamento de Albagli (2004) que relata a possibilidade de se estabelecer formas de fortalecer territorialidades a partir do estímulo a laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar o produto em que o território tenha de exclusividade, sendo suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental. Albagli (2004) também relata o alerta da impossibilidade dessa governança ser construída a partir de atores e elementos externos, sem estar situado no capital sociocultural do território, pois a valorização

vinculada a interesses externos visa atrair investimentos, utilizando a territorialidade apenas como objeto especulativo para interesse mercantil. Tornando assim o viés de identidade do território um aspecto fundamental para a preservação do capital social local e do ambiente.

Sendo assim, a valorização dos produtos de base no capital social permitem o incentivo à prática da solidariedade, parceria e da cooperação criando redes sociais estabelecidas no território, podendo ser formada a partir de relações econômicas e mercantis, ou por relações de base técnica. A valorização da territorialidade pode ser estabelecida com o auxílio de quatro estratégias:

- Identificação de unidades territoriais onde sejam possíveis a promoção do empreendedorismo local;
 - A geração do conhecimento sobre o território e suas características específicas que geram potencial econômico;
 - A promoção de sociabilidades a partir da ação coletiva;
 - O reconhecimento e valorização do território a partir do resgate e da valorização de imagens e símbolos locais (Flores, 2006).

Diante do exposto, observa-se que o território não deve ser compreendido apenas sob a ótica geográfica ou biológica, mas sim como um espaço de interações sociais e de poder, construído a partir de relações que englobam identidade, pertencimento e apropriação. A integração entre o capital sociocultural e os condicionantes naturais do território reforça a importância da territorialidade como uma expressão de solidariedade e cooperação entre os atores locais. Nesse sentido, a valorização do território, conforme propõem Flores (2006) e Albagli (2004), deve estar alinhada ao fortalecimento das especificidades culturais e econômicas locais, com a governança ancorada em atores internos, preservando a identidade e evitando a mercantilização externa. Assim, as estratégias sugeridas para o reconhecimento e a promoção da territorialidade revelam-se essenciais para garantir que o desenvolvimento territorial seja sustentável e inclusivo, fortalecendo o capital social e as redes de cooperação no espaço geográfico.

3. Estudos referência na área

3.1 A Importância da Marca Coletiva para o tema do pertencimento (Turnes et al., 2021)

O pertencimento emerge como um fator central na consolidação de territórios, especialmente em contextos onde a identidade coletiva é fundamental para o fortalecimento social e econômico de uma região. Pertencer a um espaço transcende a mera ocupação física, envolvendo a construção de laços afetivos, culturais e históricos entre os agricultores familiares e o local. É por meio desse sentimento que as comunidades se identificam com suas práticas, tradições e símbolos, criando uma coesão social capaz de promover a valorização e preservação dos recursos e atributos territoriais.

Esta seção a seguir irá abordar o caso de Acolhida na Colônia como exemplo de marca coletiva, apresentando seu papel na consolidação do território por meio do fortalecimento de atributos territoriais. O estudo utiliza-se da abordagem de Sinais Distintivos ao realizar a avaliação da efetividade das marcas coletivas e a certificação no fortalecimento de seus atributos, além da realização de pesquisas por meio de questionários aplicados a diferentes grupos de atores sociais, tais pesquisas irão indicar diferentes dados qualitativos, tais como o grau de confiança na organização e o nível de identificação e pertencimento com relação ao território e a associação.

O texto de Turnes et al. (2021) busca analisar o caso da marca coletiva de Acolhida na Colônia, situada na região sudeste de Santa Catarina, constituída **no** e **pelo** território das Encostas da Serra Geral, avaliando assim, o processo de adoção por ela da estratégia “Sinais Distintivos” enquanto contribuição e consolidação do território através do fortalecimento de atributos territoriais, tais como Identidade Territorial, Pertencimento e capital social (TURNES et al., 2021). O artigo pressupõe que a efetividade das marcas coletivas e de certificação, se dá no fortalecimento de atributos definidores do território, sendo esses separados em duas dimensões:

- Qualidade, origem e originalidade dos produtos e serviços territoriais;
- Considera-se, em paralelo, atributos fundamentais da “paisagem política” do território.

No decorrer da avaliação da importância da Associação de Agroturismo

Acolhida na Colônia, o autor tornou efetivas cinco etapas metodológicas, sendo elas: revisão bibliográfica (tratando de subsídios teóricos e técnicos que demonstrem a importância e as relações existentes entre a abordagem do desenvolvimento territorial e os sinais distintivos de qualidade), consulta documental, aplicação de questionários, sua análise e a redação deste artigo. Em complemento, foi realizado um esforço de identificação e exame dos principais documentos relativos à Acolhida na Colônia, concedendo aos autores o acesso aos estatutos, cadernos de normas, atas de reuniões, boletins informativos e o portal da Acolhida na internet. Junto às metodologias apresentadas, ressalta-se a participação ativa de dois dos autores na construção da história da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - Agreco - e da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (TURNES et al., 2021).

O estudo realizou sua análise a partir da aplicação de um questionário junto a grupos de atores sociais que possuem relação com o cotidiano e história da organização pesquisada. o instrumento de pesquisa foi determinado em vários blocos de questões, cada qual destinado à coleta de informações a respeito do papel da Acolhida na Colônia e de sua marca em relação aos seguintes temas:

- Fortalecimento da identidade;
- Pertencimento;
- Capital Social;
- Cultura e História;
- Saber-fazer;
- Paisagem natural;
- Processos produtivos;
- Processos sociais (TURNES et al., 2021).

Dos 150 questionários distribuídos, 96 foram retornados, o grupo foi formado pelos seguintes perfis: Agricultor(a)/associado(a)(correspondente a 41,7% dos entrevistados), Agricultor(a) não associado (7,3%), Servidor público (9,4%), turista/visitante (29,2%) e profissional/técnico (12,5%). Diante dos perfis citados, 62,5% dos entrevistados residem fora do território das Encostas da Serra Geral (TURNES et al., 2021).

Na discussão dos resultados a respeito da pesquisa, os autores observaram que a associação apresenta uma política robusta de comunicação, incluindo em suas estratégias, reuniões bimensais municipais, nas quais são socializados problemas que

apareceram no interstício entre reuniões, seguidos da discussão do encaminhamento, e uma semestral regional, as quais focam naquilo que tange à marca Acolhida na Colônia, em como o trabalho desenvolvido nos municípios está afetando positiva ou negativamente o “selo da Acolhida” no território. Tal nível de transparência pode-se identificar a partir dos resultados na coleta de informações no que diz respeito à confiança na Acolhida, ao considerar o total de pesquisados: 90% dos respondentes declaram confiar nas informações referentes ao território das Encostas da Serra Geral; 88% dos respondentes declaram confiar nas informações referentes às parcerias firmadas pela associação; 80% dos correspondentes declaram confiar nas informações referentes à realidade interna da associação; 85% dos respondentes declaram confiar nas informações referentes às relações com o Poder Público (TURNES et al., 2021).

Uma das principais questões levantadas na pesquisa, a qual também é relacionada ao interesse deste trabalho, é se a Acolhida na Colônia contribui para a identidade territorial, em outras palavras, se a existência do próprio território é reconhecida. Diante da análise de entrevistados, 57% declara conhecer o território das Encostas da Serra Geral. Analisando os dados mais desagregados, observa-se que o grau de reconhecimento varia entre os grupos de correspondentes, o grupo dos “agricultores não associados” desconhece a existência do território, e o grupo de “turistas” é o que apresenta maior grau de conhecimento sobre tal existência, o que aparenta indicar uma eficiente comunicação da Associação (TURNES et al., 2021).

Ao analisar a percepção dos entrevistados diante dos principais aspectos que representam o Território das Encostas da Serra Geral, foram mencionados predominantemente os termos agricultura familiar, belezas naturais, colonização europeia, agricultura orgânica, boa gastronomia, preservação (ambiental e cultural), agroturismo, solidariedade, meio ambiente, água, empreendedorismo, entre outros, apontando assim a construção de uma identidade territorial muito similar àquela que permeou as discussões que serviram de base na origem da Acolhida. Junto a tal afirmação, a enquête apresenta uma quase totalidade de 94,34% de entrevistados que acreditam que a Acolhida contribui significativamente para a divulgação do Território das Encostas da Serra Geral, quando questionados sobre a contribuição da Marca Coletiva, os respondentes afirmam que ela possui relação com a divulgação da paisagem natural, da agricultura orgânica, da cultura das pessoas do território da gastronomia típica e da história do território (TURNES et al., 2021).

No que tange ao sentimento de pertencimento do território e da associação, 95% dos respondentes julgaram existir muitas razões para querer frequentar a Acolhida na Colônia; 95% afirmaram se “sentir em casa” quando estão presentes, 84% declaram possuir forte interesse na opinião de outras pessoas sobre a Acolhida na Colônia e 62% disseram que as críticas realizadas à organização impactam fortemente o seu próprio comportamento (TURNES et al., 2021).

3.2 A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (Dorigon, C. 2022)

O principal autor a elaborar a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento foi Hassan Zaoual(2003, 2006), a partir da articulação de conhecimentos da filosofia, economia e das ciências sociais, tal teoria foi formulada sob uma perspectiva de uma crítica radical aos modelos de desenvolvimento impostos pelos países ricos aos demais, em que o livre mercado se impõe sobre as demais dimensões da vida humana, tais como as dimensões culturais e ambientais. Zaoual(2006) observa a teoria como cada sítio sendo uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio, carregando consigo suas crenças, valores e experiências passadas em diversos âmbitos. Junto a isso, cada sítio carrega seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos acumulados durante sua trajetória. O conceito de sítio, segundo Zaoual(2003), pode ser aplicado a diversas escalas e organizações, podendo ir de um bairro ou município, até uma comunidade agrícola ou uma aldeia indígena, dessa forma, torna-se necessário estabelecer a situação empiricamente para que possa definir a escala a ser adotada. Como consequência, o etos econômico está associado com as múltiplas formas de vida e culturas de sítio, tais como: manifestações sociais, regras de jogo social, saber fazer local, atividade, organização e circulação econômica (Dorigon, 2022).

A noção do pertencimento torna-se central no conceito dos sítios, ao analisar o fracasso nos países do Sul e as incertezas das economias de mercado liderada por países do Norte, Zaoual(2003) argumenta que tal extrema mercantilização do mundo gera confusão no modo de representar o mundo e de nele agir, gerando uma sociedade paranóica e sua perda de balizamentos cognitivos, o autor afirma que em contraposição, estes efeitos apontam a confiança e o sentido de pertencimento para

a prática de uma cultura compartilhada, que situa-se acima de qualquer cálculo egoísta (Dorigon, 2022).

3.3 Identidade Cultural do Território como Base de Estratégias de Desenvolvimento (Flores, 2006)

Para além do campo geográfico e biológico, o estudo de Flores (2006) ao seguir o conceito de Raffestin (1993), apresenta o conceito de território como a incorporação do jogo de poder entre os atores que atuam no espaço, esse último definido como patrimônio natural existente em uma determinada região. A partir desse jogo de poder, é estabelecida uma identidade relacionada a limites geográficos determinados. O texto determina também, o território construído como um espaço de relações sociais, onde se encontra presente o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída junto à região, em que se associa ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde também incentiva a criação de laços de solidariedade entre esses atores.

Flores (2006) define o saber-fazer local como uma própria forma de expressão cultural da região, definindo a identidade através das relações entre indivíduos e grupos, expressão essa que se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde há o estabelecimento de formas específicas de representação. Sendo assim, Flores (2006) entende a questão do processo de construção territorial como uma integração entre os condicionantes das sociedades e da natureza, contudo, com forte influência da institucionalidade, do poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, e da cooperação para a determinação da construção social do território.

O Estudo de Flores (2006) levanta o pensamento de Albagli (2004) que relata a possibilidade de se estabelecer formas de fortalecer territorialidades a partir do estímulo a laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar o produto em que o território tenha de exclusividade, sendo suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental. Albagli (2004) também relata o alerta da impossibilidade dessa governança ser construída a partir de atores e elementos externos, sem estar situado no capital sociocultural do território, pois a valorização vinculada a interesses externos visa atrair investimentos, utilizando a territorialidade

apenas como objeto especulativo para interesse mercantil. Tornando assim o viés de identidade do território um aspecto fundamental para a preservação do capital social local e do ambiente.

Sendo assim, a valorização dos produtos de base no capital social permitem o incentivo à prática da solidariedade, parceria e da cooperação criando redes sociais estabelecidas no território, podendo ser formada a partir de relações econômicas e mercantis, ou por relações de base técnica. A valorização da territorialidade pode ser estabelecida com o auxílio de quatro estratégias:

- Identificação de unidades territoriais onde sejam possíveis a promoção do empreendedorismo local;
- A geração do conhecimento sobre o território e suas características específicas que geram potencial econômico;
- A promoção de sociabilidades a partir da ação coletiva;
- O reconhecimento e valorização do território a partir do resgate e da valorização de imagens e símbolos locais (Flores, 2006).

Os estudos apresentados nessa revisão de literatura, não esgotam o tema na área mas situam a presente pesquisa no conteúdo abordado

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa, sendo eles: levantamento de artigos, seleção de caso e coleta de dados. Trata-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo.

Os estudos foram levantados a partir dos portais Scielo e Google Scholar, em que foram fornecidos os artigos de Cazella et al. (2022), Turnes et al. (2021), Gregório (2015), Milano et al. (2019), Cazella (2020), Dullius (2008), Souza (2007), Flores (2006). Também foram fornecidos artigos e relatórios a partir de um documento do Google Drive da professora Ivoneti Ramos, de onde foram retirados os artigos de Turnes et al. (2022), Kammer et al. (2023), Capelesso et al. (2021).

Levantamento de artigos: em primeira instância, foi realizada uma pesquisa

pela ferramenta Google Scholar, com as palavras chave “Desenvolvimento Rural Sustentável”, “Cesta de Bens e Serviços Territoriais”, “Indicação Geográfica”, “Turismo Rural” e “Serra Catarinense”. Contudo, pouco pode-se ser aproveitado devido a carência de estudos no ramo do desenvolvimento territorial sustentável e poucas publicações relacionadas ao assunto da presente pesquisa, levando a uma nova abordagem para o levantamento: contato direto com professores da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em que possam oferecer materiais do tema que possam ser relacionados com a realidade da Serra Catarinense, em especial os professores Valério Lécio Turnes e Ivoneti da Silva Ramos, os quais providenciaram os principais artigos que serviram como base do presente estudo.

Seleção de caso: este trabalho optou pelo foco de estudo ser o ponto de vista em relação a identidade e pertencimento no quesito do desenvolvimento territorial sustentável, da cesta de bens e serviços territoriais e das marcas coletivas no estado de Santa Catarina. Tal tema foi selecionado com base na indicação da professora orientadora Ivoneti da Silva Ramos, a qual também possui estudos realizados na área.

Coleta de dados: o levantamento de dados se deu a partir da pesquisa secundária, por meio de publicações prévias no campo do desenvolvimento territorial sustentável, as quais foram selecionadas e resumidas dentro deste estudo. Para o levantamento de dados, foi elaborada uma planilha de excel, a qual segue uma lógica binária (0 e 1) para retratar quais artigos apresentam os termos “identidade” e “pertencimento”, atribuindo o número 1 para os artigos que contenham um ou mais termos mencionados, e 0 para os artigos que não tenham menção a determinado termo. A planilha foi estruturada em colunas com os seguintes levantamentos:

- Numeração de artigos para identificação;
- Título do artigo;
- Autor(es);
- Principal região abordada;
- Periódico ao qual o artigo foi publicado;
- Coluna para registrar os artigos com o termo “Identidade”;
- Páginas as quais se encontram o termo “Identidade”;

- Coluna para registrar os artigos com o termo “Pertencimento”
- Páginas as quais se encontram o termo “Pertencimento”;
- Páginas totais do artigo.

Seguindo a mesma estruturação, na mesma página da planilha, segue um segundo quadro, contendo os artigos repetidos em relação a pesquisa pela plataforma Google Scholar. Para os artigos referentes a regiões de estudos situadas no Estado de Santa Catarina, foi atribuído um sistema de cores na coluna de região abordada, com o objetivo de contabilizar as regiões catarinenses encontradas.

Em uma segunda página do documento, foi estabelecido um quadro contendo apenas a numeração atribuída a cada artigo na primeira coluna da primeira página, e contendo ao lado, apenas o ano de publicação de seu respectivo artigo, com o objetivo de contabilizar as datas estimadas de publicação de todos os artigos.

5. CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA REALIDADE ESTUDADA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO/CONTEXTO

5.1.1 UDESC

Assumindo o papel fundamental como Unidade Concedente de Estágio, a Universidade do Estado de Santa Catarina surgiu a partir da fusão entre a Faculdade de Educação (FAED) junto a Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), em 1965 (UDESC, 2023).

Desde sua formação, a instituição dedica-se à oferta da formação acadêmica de seus alunos, desenvolvendo projetos de pesquisa com aplicação prática de conhecimentos teóricos, podendo assim enriquecer habilidades essenciais para futuras carreiras (UDESC, 2023).

Atualmente, a instituição possui 12 unidades de ensino distribuídas por todo o estado de Santa Catarina, junto de 32 polos de apoio presencial para o ensino à distância, totalizando 59 cursos de graduação e 51 mestrados e doutorados em diversas áreas. A UDESC mantém um total de 220 grupos de pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPQ) em diversas áreas, dentre elas as Ciências Agrárias; Exatas e da Terra; Humanas e Sociais Aplicadas. Essas e as demais áreas de conhecimento, são distribuídas em sete campus determinados a partir do perfil socioeconômico e cultural de cada região do estado. O campus de Florianópolis - denominado Campus I, em que desenvolveu a presente pesquisa - oferece cursos voltados à educação e ao setor terciário da economia e da prestação de serviços. O Campus III, localizado na unidade de Lages, é voltado para a agropecuária, oferecendo cursos de medicina veterinária e agronomia, é a unidade da UDESC que abrange, acolhe e representa a região da serra catarinense, local de estudos do presente trabalho (UDESC, 2023).

5.1.2 ESAG

A Escola Superior de Administração e Gerência foi fundada em 1964, como uma fundação autônoma vinculada à extinta Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) com sua primeira sede localizada no centro de Florianópolis, antes mesmo da formação da UDESC, em 1965. A primeira turma da ESAG, no curso de administração, foi iniciada em 1966. Em 1969, a ESAG realizou um convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para realizar a qualificação de 21 professores a nível de mestrado, à época, durante os três próximos semestres, os melhores alunos tiveram a oportunidade de cursar a pós-graduação na própria FGV, com o compromisso de retornar para a Esag na condição de pertencer ao corpo docente(ESAG, 2023).

Em 1985, a Esag obteve o seu reconhecimento federal como universidade, sendo uma das primeiras do país. No ano seguinte, em 1986, o nome da instituição foi alterado, com o novo estatuto da UDESC, para Centro de Ciências da Administração. Em 2007, com a expansão dos cursos oferecidos pelo centro, o nome foi novamente alterado para Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, contudo, em ambas alterações, foi mantida a abreviatura original da ESAG (ESAG, 2023).

O curso de Administração Pública foi instaurado no campus em 2004, com o objetivo de habilitar gestores e profissionais com competência e conhecimento para a coprodução de serviços públicos (ESAG, 2023).

5.1.3 PROGRAMA HABILIS

O Ateliê de Economia, Finanças e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Habilis, coordenado pela professora Ivoneti da Silva Ramos, é um programa de extensão com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas à gestão de indicadores socioeconômicos e de gestão fiscal. O programa Habilis atua com parcerias em projetos de desenvolvimento territorial sustentável, a exemplo dos Cicloturismo do Velho Oeste. Os atuais projetos do programa Habilis são o Observatório de Políticas Econômicas, coordenado pelo Professor Felipe César Marques, a Bússola Municipal, coordenada pela professora Elaine Cristina de Oliveira Menezes, o

IDterritorial e o NeuroHabilis, ambos coordenado pela professora Ivoneti da Silva Ramos (ESAG, EXTENSÃO, HABILIS, 2023).

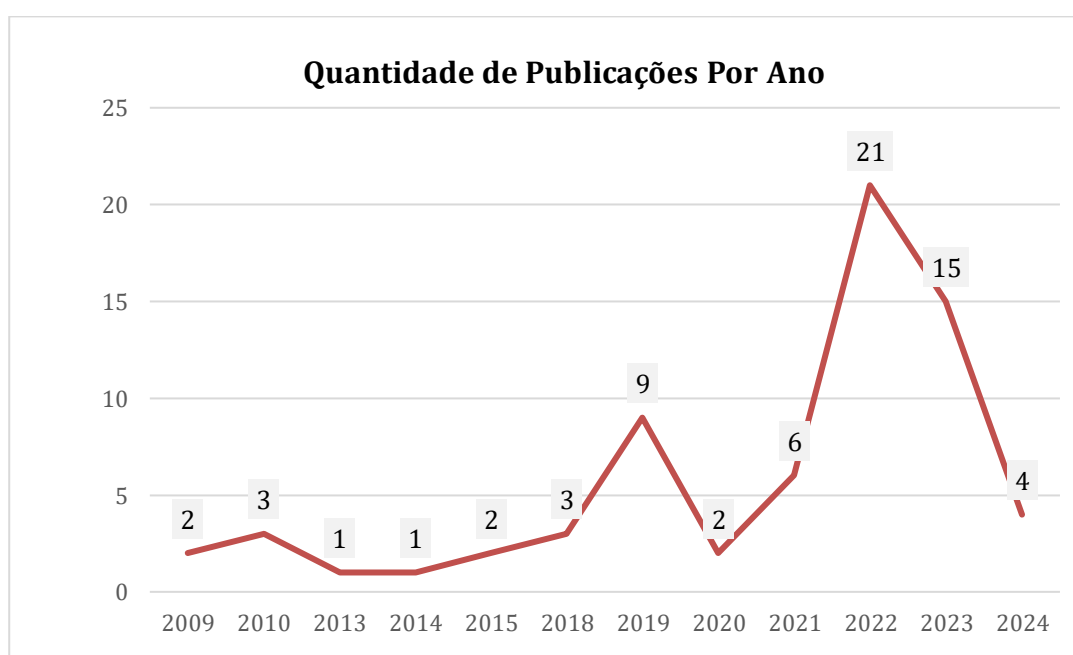
O presente trabalho retrata o projeto de extensão da modalidade de consultoria realizado pela UDESC - Esag, através do Programa Habilis, em parceria com o grupo de pesquisa Politeia, supervisionado pelo Professor Valério Alécio Turnes, cuja função é compreender e analisar a coprodução de bens e serviços públicos em rede, envolvendo a participação ativa de organizações dos três setores (ESAG, 2023).

Salienta-se que este trabalho de conclusão de curso é parte dos resultados de atividades previstas nos seguintes projetos de pesquisa: 1) O Enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Edital Universal do CNPq); 2) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 3) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fapesc (Termo de Outorga No 2022TR002173; 4) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022; 5) projeto integrador Coprodução, accountability e inovação: dilemas e perspectivas na administração pública contemporânea, do Grupo de Pesquisa Politeia, que contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Fapesc, e da Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc, no âmbito do Edital de Chamada Pública – PAP FAPESC Nº 48/2022, Apoio à infraestrutura para grupos de pesquisa da Udesc (Termo de Outorga Nº 2023TR000519), com vigência de 2023 a 2025. Também encontra-se situado no Programa de extensão Habilis - Ateliê de Economia, Finanças e Desenvolvimento Territorial Sustentável da Udesc Esag.

6. Resultados da Pesquisa

Esta seção apresentará os resultados¹ da coleta dos elementos de identidade e pertencimento encontrados na pesquisa de materiais bibliográficos da CBST. A pesquisa na plataforma Google Scholar resultou ao todo em 72 artigos, sendo 67 artigos diferentes entre si e 5 artigos repetidos na pesquisa.

Dentre todos os 67 artigos não repetidos, a maior porcentagem de publicação condiz ao ano de 2022, representando 31% dos artigos publicados, seguido pelo ano de 2023, com 22% dos artigos encontrados na pesquisa, em terceiro lugar para o ano de 2019, representando 13,5% dos artigos encontrados na pesquisa.



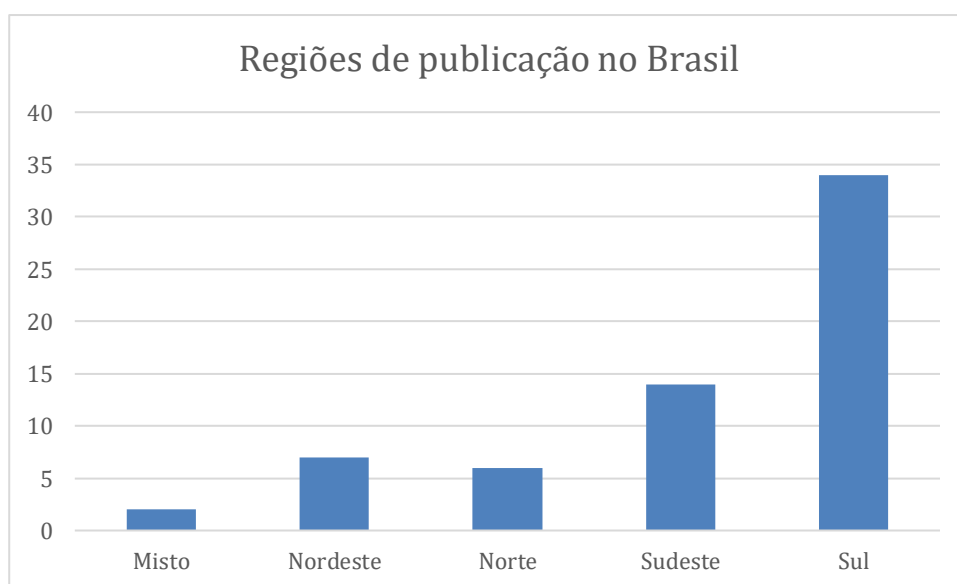
Fonte: Elaboração própria (2025)

Dentre os periódicos publicados, apenas a Revista Raízes possui um alto índice de publicações, com cerca de 15% dos artigos encontrados pertencentes a mesma, as demais revistas publicadas situam de um a dois artigos publicados, representando, respectivamente, 1,5% e 3% dos artigos encontrados. Contudo, vale destacar publicações que saíram como dissertações de instituições públicas de ensino em todo Brasil, dentre os artigos levantados na pesquisa, 9% representam publicações de

¹¹ Foi apresentado resumo expandido a partir deste TCC no XVII Encontro de Economia Catarinense, em Criciúma, em maio de 2025, cuja referência é Kammer et al., 2025.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 7,5% dos artigos levantados são dissertações de doutorado, e 14% são dissertações de mestrado.

Referente às regiões abordadas em estudos da pesquisa, maioria dos resultados concentram-se em regiões catarinenses, com o Estado de Santa Catarina obtendo cerca de 45% dos estudos obtidos durante o processo, seguidos pelos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, representando respectivamente, 11% e 7% dos resultados da pesquisa. Dentre os resultados localizados em regiões catarinenses, o principal território abordado se refere a Serra Catarinense, com 15% dos artigos encontrados, seguido por: Oeste de Santa Catarina (7,5%), Encostas da Serra Geral de Santa Catarina (6%), Centro-Sul de Santa Catarina (3%) e a região da Grande Florianópolis (1,5%). Vale também mencionar os estudos acerca do Estado de Santa Catarina que não abordam uma região específica, que representam 12% dos artigos encontrados.

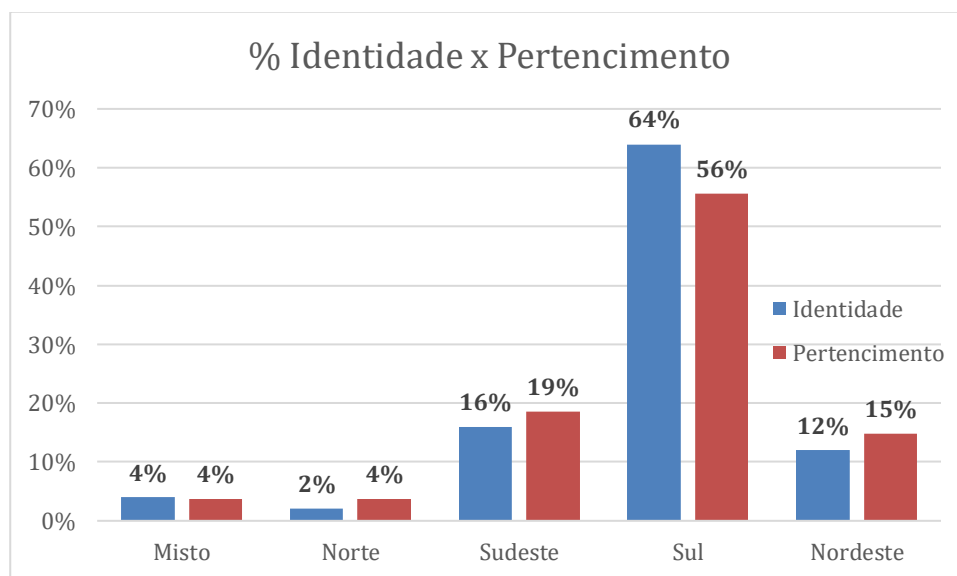


Fonte: Elaboração própria (2025)

Diante do quantitativo de 67 artigos levantados, uma ampla maioria de 56 estudos publicados, mencionava o termo “identidade”, representando 83,5% do total encontrado. Em contrapartida, o termo “pertencimento” foi encontrado com menos frequência durante a pesquisa, apenas 30 artigos continham o termo, com o equivalente a 44,7% dos resultados encontrados.

Seguindo para um quantitativo regional, 64% dos artigos da região Sul do Brasil apresentam o termo “Identidade” e 56% dos artigos contam com a palavra

“Pertencimento”; sendo a região sudeste como segunda colocada, com 16% de seus artigos apresentando a palavra “Identidade” e 19% apresentando “pertencimento”; e como terceira colocação a região Nordeste, com 12% de seus artigos com o termo “identidade” e 15% apresentando a palavra “pertencimento”.



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os resultados obtidos com a análise bibliográfica evidenciam uma significativa presença do conceito de identidade nos estudos sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, o que reforça sua centralidade nas abordagens de desenvolvimento territorial. Por outro lado, a menor incidência do termo pertencimento aponta para uma lacuna ainda pouco explorada na literatura, apesar de sua relevância para a compreensão dos vínculos afetivos e simbólicos entre os atores e seus territórios. A expressiva concentração de estudos em regiões catarinenses, especialmente na Serra Catarinense, demonstra a importância e o avanço da produção acadêmica local sobre o tema, com destaque para a atuação de instituições públicas e periódicos especializados como a Revista Raízes. Esses dados confirmam a atualidade e a pertinência da investigação, ao mesmo tempo em que indicam oportunidades para aprofundamentos futuros, especialmente quanto ao papel do pertencimento na consolidação de estratégias sustentáveis e participativas de desenvolvimento territorial.

7. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO / RECOMENDAÇÕES

Conforme evidenciado pela representação gráfica apresentada na seção anterior, observa-se um aumento significativo na produção acadêmica referente à

temática da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, especialmente no que se refere aos conceitos de identidade e pertencimento. Esse crescimento é particularmente notável a partir do ano de 2020, atingindo seu ponto mais elevado em 2022. Todavia, os dados indicam uma tendência de retração nas publicações subsequentes, sinalizando uma queda contínua na produção até a data da presente pesquisa.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre estratégias que possam contribuir para a retomada e ampliação do interesse acadêmico e social sobre o tema, sobretudo considerando sua relevância para o fortalecimento das dinâmicas territoriais e para a valorização dos saberes e práticas locais. Nesse sentido, propõe-se a implementação de ações integradas de extensão universitária, tais como oficinas temáticas, ciclos de palestras, e atividades práticas em campo, que permitam o contato direto com os territórios de estudo. Essas iniciativas têm o potencial de promover uma aproximação mais efetiva entre os atores locais e a comunidade acadêmica, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências, bem como o fortalecimento das identidades territoriais e o sentimento de pertencimento das populações envolvidas.

8. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a presença dos elementos de identidade e pertencimento nos estudos relacionados à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). A partir de um levantamento bibliográfico robusto e da análise qualitativa de casos, foi possível compreender que, embora o conceito de “identidade” esteja amplamente presente na literatura, o termo “pertencimento” ainda aparece com menor frequência — o que revela um potencial campo de aprofundamento.

Os estudos demonstraram que o fortalecimento da identidade territorial e do sentimento de pertencimento são aspectos fundamentais para consolidar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Esses elementos não apenas contribuem para a valorização dos produtos e serviços locais, como também fortalecem o capital social e a coesão entre os atores do território. A análise de iniciativas como as marcas coletivas e os sítios simbólicos de pertencimento evidenciou a importância de práticas que vão além da lógica puramente mercantil, promovendo vínculos afetivos, culturais e sociais com o território.

O mapeamento dos artigos revelou um pico de publicações em 2022, o que

pode indicar uma fase de consolidação temática no meio acadêmico. Entretanto, a recente queda na produção reforça a necessidade de ações que promovam a continuidade dos debates e das investigações nesse campo. Por isso, recomendam-se ações de extensão universitária que integrem saberes acadêmicos e conhecimentos locais, incentivando o diálogo entre pesquisadores e comunidades.

Conclui-se que a valorização da identidade e do pertencimento nos territórios estudados pode atuar como ferramenta estratégica frente aos desafios impostos pela globalização, contribuindo para a autonomia dos pequenos produtores, a preservação da cultura local e o fortalecimento de modelos alternativos de desenvolvimento. Espera-se que este estudo possa servir como base para futuras investigações e intervenções voltadas ao fortalecimento de territórios sustentáveis e inclusivos.

9. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ESTÁGIOS I E II

A presente pesquisa teve seu início na segunda metade do ano de 2023, através da disciplina de Estágio Obrigatório I, ao qual, junto da professora Ivoneti Ramos, começamos o levantamento bibliográfico acerca da temática abordada no trabalho, inserindo de forma contextual os textos abordados no corpo deste TCC. Durante esse período, um resumo teórico deste trabalho foi apresentado pela professora Ivoneti, durante o IX Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, no município de Lages, que aconteceu do dia 13 à 15 de setembro do mesmo ano.

A partir da disciplina de Estágio Obrigatório II, iniciada na primeira metade de 2024, se estendendo até o final do primeiro semestre de 2025, o trabalho direcionou-se a pesquisa de artigos do tema do Desenvolvimento Territorial Sustentável, aos quais mencionassem os termos de “Identidade” e “Pertencimento”, elaborando assim o levantamento e categorização gráfica de artigos. Os resultados finais da pesquisa foram apresentados pelo autor do TCC durante o XVII Encontro de Economia Catarinense, no dia 15 de maio de 2025 no município de Criciúma.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (1998). **Bases para a formulação da política Brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: IPEA

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.

CAPELLESSO, Adinor José et al. **Apontamentos a partir da cesta de bens e serviços territoriais em anchieta, Santa Catarina**. X Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional: Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva, Anchieta, v. 1, n. 1, p. 1-20, set. 2021.

Capellesso, A. J. ., Garlet Pagliosa, L., Slaviero, A., Dal Ri Heineck, A. C., & Perin, G. (2022). A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 42(1), 205–223. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.774>

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. **A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, 3 set. 2019. APESC - Associacao Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E APLICAÇÃO NO BRASIL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 193-206, abr. 2020.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 1-21, 26 ago. 2022. **Raízes: Revista de Ciencias Sociais e Economicas**. <http://dx.doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.797>.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS. Sobre o centro. Disponível em: <<https://www.udesc.br/esag/sobreocentro>>. Acesso em: 06/11/2023.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de**

Ciências Sociais e Econômicas, v. 42, n. 1, p. 114–133, 26 ago. 2022.

DULLIUS, Paulo Roberto et al. Identidade e desenvolvimento territorial – estudo das experiências de indicações geográficas no estado do RS.

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1-21, jul. 2008.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **Rimisp**, [N.I.], v. 1, n. 1, p. 1-47, mar. 2006.

FROEHLICH, J.M. (org). Desenvolvimento Territorial. Produção, Identidade e Consumo. **Ijuí**: Unijuí, 2012, 424 p.

GREGÓRIO, Gabriela Macedo. **O Caso da Primeira Indicação Geográfica de Serviço: um estudo sobre o porto digital de Recife/PE**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Seropédica, v. 1, n. 1, p. 1-211, maio 2015.

HABILIS. Ações de Extensão. Disponível em:

<<https://www.udesc.br/esag/extendao/habilis>>. Acesso em: 06/11/2023.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

Halbwachs, M.(1990). A memória coletiva. São Paulo: Vértice.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.;

RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D.

Le modèle du panier de biens: grille d’analyse et observations de terrain.

Économie Rurale, no 308,

p. 55-70, 2008a.

KAMMER, Leonardo José; RAMOS, Ivoneti da Silva; LOPES, Gabriel Bertimes di Bernardi; TURNES, Valério Alécio. CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ESTRATÉGIAS QUE SE REFORÇAM NA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM/SC. IX Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, Florianópolis, 2023.

KAMMER, Leonardo José; RAMOS, Ivoneti da Silva; TURNES, Valério Alécio. **O desenvolvimento territorial sustentável sob a ótica da identidade e do pertencimento no contexto da Cesta de Bens e Serviços Territoriais**. Anais do XVII Encontro de Economia Catarinense (em andamento). Criciúma, 2025.

MEDEIROS, Monique *et al.* Inovação e transição sustentável:: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos. [N.I.], [N.I.], v. 1, n. 1, p. 1-21, ago. 2022.

MILANO, Marja Zattoni; PRADO, Fernando Henrique; CAZELLA, Ademir Antonio; DESCONSI, Cristiano; DORTZBACH, Denilson. A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO PARA CRIAÇÃO DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: O CASO DA ERVA-MATE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE. VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, Florianópolis, p.176-186, Outubro, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Douglas-Wurz/publication/337900954_QUAL_O_ENTENDIMENTO_DO_CONSUMIDOR_EM_RELACAO_A_INDICACAO_GEOGRAFICA_DOS_VINHOS_EM_CANOINHASSC/links/5df12d6492851c836475ddc3/QUAL-O-ENTENDIMENTO-DO-CONSUMIDOR-EM-RELACAO-A-INDICACAO-GEOGRAFICA-DOS-VINHOS-EM-CANOINHAS-SC.pdf#page=176

Milano, M. Z. ., & Cazella, A. A. (2022). Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 42(1), 74–92. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.773>

MOLLARD, A.. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, n°261, 2001, pp.16-34. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240.pdf. Acesso em: 16/06/2023.

Paludo Giombelli, G., Tecchio , A. ., & Boni, V. (2022). A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 42(1), 186–204. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.780>

PECQUEUR, B.. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et services territorialisés. *Économie rurale*, vol. 261, n o 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217.pdf. Acesso em: 10/06/2023.

PECQUEUR. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (Ed.). *Le territoire est mort: vive les territoires!: une refabrication au nom du développement*. Paris : IRD, p. 295-316, 2005

PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães et al. Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) da Zona Costeira Catarinense: estratégias integradas de geração de trabalho e renda a partir da valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais. Relatório Técnico Final Epagri, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-93, abr. 2014.

POLITEIA. Grupos de Pesquisa. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/gruposdepesquisa/politeia>>. Acesso em: 06/11/2023.

PRADO, Fernando Henrique et al. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no planalto norte catarinense. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S.L.], v. 59, n. [], p. 110-133, 22 abr. 2022. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v59i0.76293>.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Ivoneti da Silva et al. **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM SANTA CATARINA:: distribuição espacial de marcas coletivas catarinenses**. [N.I.], Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-19, Não é um mês valido! 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Adriano Amaro de. **TERRITÓRIO E IDENTIDADE: ELEMENTOS PARA A IDENTIDADE TERRITORIAL**. Caderno Prudentino de Geografia, FCT-Unesp - Presidente Prudente/SP, número 30, p.119-132, 2007.

TURNES, Valério; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SAUTIER, Denis; GUZATTI, Thaise Costa. **A IMPORTÂNCIA DE UMA MARCA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA/SC/BRASIL**. *Sociedade e Território*, N. 3, P.135-158. Natal, Set./Dez. de 2021.

TURNES, Valério; Cazella, Ademir Antonio; Pecqueur; Guzatti, Thaise Costa. *Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores*. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 224–240, 26 ago. 2022.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag). **Sobre o centro**: apresentação. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/sobreocentro>. Acesso em 28/08/2023.

ZAOUAL, H. Du rôle des croyances dans le développement économique. Paris: l'Harmattan, 2002.

ZAOUAL, H. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

ZAOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006a 256 p.